



Senado aprova privatização da Eletrobras

O governo Bolsonaro segue destruindo o Brasil e suas riquezas. Ontem foi aprovada a Medida Provisória que abre as portas para a privatização da Eletrobras, empresa pública estratégica, destinada à produção e transmissão de energia elétrica.

A gigante do setor elétrico emprega mais de 15 mil trabalhadores e é responsável por 37% do total da capacidade de geração de energia no país, a Eletrobras tem capacidade instalada de 42.080 megawatts e 164 usinas – 36 hidrelétricas e 128 térmicas, sendo duas term nucleares.

Com a privatização, além de ficar sem o controle de um setor estratégico para o desenvolvimento, o governo entregará ao setor privado uma empresa lucrativa e passará o ônus para os consumidores que terão que pagar mais caro pela energia que recebem em casa. Apesar da grande mobilização popular contra a privatização, o governo conseguiu os votos necessários para a

aprovação mesmo que de forma apertada: 42 votos a favor e 37 contra.

No Maranhão somente o senador Roberto Rocha votou a favor da privatização, mostrando mais uma vez que não tem compromisso com os trabalhadores e principalmente com os pequenos produtores que irão pagar mais caro pela energia que consomem.

Votaram contra a privatização e a favor do Brasil a senadora Eliziane Gama e o Senador Weverton Rocha, que além de votar contra, trabalhou muito nos bastidores para evitar a aprovação. Foi dele ainda a iniciativa de garantir através de emenda ao texto para que, quando ocorra a privatização da Eletrobras, a União será responsável por alocar os funcionários para outras empresas públicas.

“Essa medida impedirá que um número significativo de trabalhadores fique desempregado em razão de uma opção adotada pelo governo que não tem a menor preocupação

com os aspectos sociais e que pode ainda aumentar a tarifa de energia elétrica”, ressaltou Weverton.

Com a aprovação das alterações no Senado, o texto agora terá que ser votado novamente na Câmara.

Para Raimundo Pereira, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - Sindsep/MA, o governo Bolsonaro tem promovido o maior desmanche dos serviços públicos nos últimos 30 anos e somente a união entre os movimentos sociais e sindical com os partidos progressistas poderá conter esse sucateamento das empresas e serviços públicos.

“Essa é mais uma medida desastrosa desse governo que não tem compromissos com os trabalhadores e com os mais vulneráveis. Todo esse desmanche nos impõe a necessidade de nos articularmos com os parlamentares progressistas para pararmos essa sangria”, disse Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.

Com queda na popularidade e visando eleição, Bolsonaro quer dar reajuste a servidor

Depois de quase cinco anos de ataques ao funcionalismo público do país, que está sem um mísero centavo a mais no contracheque e com salários congelados até dezembro deste ano, o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) acena com uma migalha de 5% de reajuste, mais de olho nas eleições presidenciais de 2022 do que na situação dos trabalhadores e trabalhadoras.

Com queda em sua popularidade, com todas as pesquisas eleitorais mostrando que ele vai perder nas urnas para o ex-presidente Lula, o atual ocupante da cadeira de presidente da República quer que o funcionalismo público aceite um percentual muito abaixo das perdas de mais de 30% que a categoria acumulou desde 2017 e em troca vote nele.

Os servidores estão com os salários congelados até o final deste ano, depois que o Congresso Nacional aprovou uma lei enviada pelo governo federal. Para 2022, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias autoriza o reajuste, mas a proposta de 5%, além de indecorosa é totalmente oportunista e não resolve a situação dos servidores, critica o secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), Sérgio Ronaldo.

Segundo o dirigente, 90% dos mais de 1,2 milhão de servidores do país estão com salários congelados. É zero por cento de reajuste, zero benefício, zero no reajuste do vale alimentação, enquanto a inflação anda a galope, diz o secretário-Geral da Condsef.

Em março deste ano, o Fórum das Entidades Nacionais dos

Servidores Públicos Federais, do qual a CUT faz parte, enviou ao Ministério da Economia um ofício com as reivindicações da categoria, mas que até agora não obteve nenhuma resposta, diz Sérgio Ronaldo.

O o secretário-Geral da Condsef é categórico ao afirmar que, além da reposição salarial, a categoria reivindica que o governo federal trate políticas públicas e os servidores com a seriedade que merecem.

“O governo não abre concursos públicos para as áreas sociais, não recompõe o plano de saúde e a gente ainda fica sabendo sobre as propostas do governo para o funcionalismo pela imprensa. Queremos que o Ministério da Economia nos responda oficialmente”, diz o dirigente, se referindo ao fato que a informação sobre o reajuste de 5% foi dada com exclusividade pela colunista Adriana Fernandes, do jornal O Estado de São Paulo.

Os ataques de Bolsonaro

Os ataques do governo Bolsonaro ao funcionalismo público

são diversos. Além de não dar reajustes salariais, em 2019, durante a reforma da Previdência, mentiu ao Congresso Nacional ao inflar em R\$ 46,9 bilhões a despesa com aposentadoria dos servidores civis e baixou artificialmente em R\$ 45,47 bilhões o rombo com a aposentadoria e benefícios dos militares das Forças Armadas. O valor corresponde a 11% do saldo do passivo que consta de fato nas planilhas.

A descoberta foi feita pelos técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo eles, o governo federal incluiu no cálculo despesas que não deveriam estar na conta como gratificação por cargo em comissão, adicional de insalubridade e férias, por exemplo, dos servidores civis.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa é outro ataque que retira a estabilidade do servidor, faz ameaças à carreira e ainda prejudica a população desmontando um serviço público de qualidade.

